

CENSO  
DO PODER  
JUDICIÁRIO 2013

# Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul

MAGISTRADOS  
RESPONDENTES



69,0%



## Percentual de respostas positivas dos Magistrados de tribunais/conselhos

### CONCORDÂNCIA



93,3%

Estão satisfeitos com a escolha profissional de serem magistrados.



18,4%

Acreditam que o volume de trabalho permite que as tarefas sejam concluídas na jornada regular de trabalho.



86,5%

Concordam que os cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo tribunal em que atuam contribuem para o trabalho.



77,0%

Concordam que a adoção de metas de produtividade é positiva para o Poder Judiciário.



77,2%

Concordam que a adoção de metas de produtividade é positiva para o cidadão.



65,9%

Concordam que a adoção de metas de produtividade é positiva para os magistrados.



## Percentual de respostas positivas dos Magistrados de tribunais/conselhos

### CONCORDÂNCIA



67,7%

Concordam que o sistema de promoção, com a alternância dos critérios de antiguidade e merecimento, é o mais adequado para a carreira do magistrado.



30,1%

Concordam que um sistema de promoção baseado apenas no critério de antiguidade seria o mais adequado para a carreira de magistrado.



6,8%

Concordam que um sistema de promoção baseado apenas no critério de merecimento seria o mais adequado para a carreira de magistrado.



78,6%

Acreditam que o CNJ contribui para a melhoria da gestão e modernização do Poder Judiciário.



50,4%

Acreditam que as deliberações do CNJ contribuem para a melhoria do trabalho.



## Percentual de respostas positivas dos Magistrados de tribunais/conselhos

### SATISFAÇÃO



28,7%

Estão satisfeitos com o salário que recebem considerando o trabalho que executam.



63,0%

Estão satisfeitos com a carreira da magistratura.



84,7%

Estão satisfeitos com as relações profissionais cotidianas com outros magistrados.



88,2%

Estão satisfeitos com as relações profissionais cotidianas com os servidores.



72,3%

Estão satisfeitos com as relações profissionais com a alta administração do tribunal.



65,2%

Estão satisfeitos com o resultado do trabalho prestado aos cidadãos.



91,2%

Estão satisfeitos com os instrumentos e equipamentos utilizados no trabalho.



78,7%

Estão satisfeitos com as condições de trabalho e as instalações físicas.



47,0%

Estão satisfeitos com a atuação do tribunal em prol da qualidade de vida e saúde no trabalho.



## Percentual de respostas positivas dos Magistrados de tribunais/conselhos

### SATISFAÇÃO



33,6%

Estão satisfeitos com a atuação do tribunal em que trabalham em relação à segurança pessoal dos magistrados.



26,9%

Estão satisfeitos com a atuação do tribunal em que trabalham em relação à segurança nos locais de trabalho.



43,4%

Estão satisfeitos com a atuação do CNJ para a melhoria da prestação jurisdicional.



83,1%

Estão satisfeitos com o sistema de processo eletrônico adotado no tribunal em que trabalham.



37,5%

Estão satisfeitos com o número de servidores da unidade judiciária em que trabalham.



50,7%

Estão satisfeitos com a qualificação dos servidores da unidade judiciária em que trabalham.



## Percentual de respostas positivas dos Magistrados de tribunais/conselhos

### FREQUENCIA E MOTIVAÇÃO



30,0%

Recebem sugestões de aprimoramento das rotinas de trabalho do tribunal em que atuam.



7,6%

Participam da gestão orçamentária do tribunal em que atuam.



4,6%

Participam das decisões relativas à gestão de pessoas do tribunal em que atuam.



7,6%

Participam do planejamento estratégico do tribunal no qual atuam.



73,1%

Recebem orientações do tribunal no qual atuam quanto ao cumprimento das deliberações do CNJ.



89,6%

Implementam novas ideias ou soluções para melhorar a gestão da unidade judiciária em que atuam.



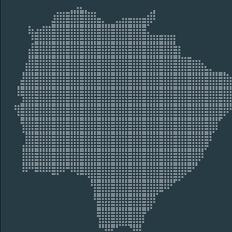
43,0%

Possuem tempo e disposição para aprimorar seus conhecimentos a respeito dos temas com os quais trabalham.

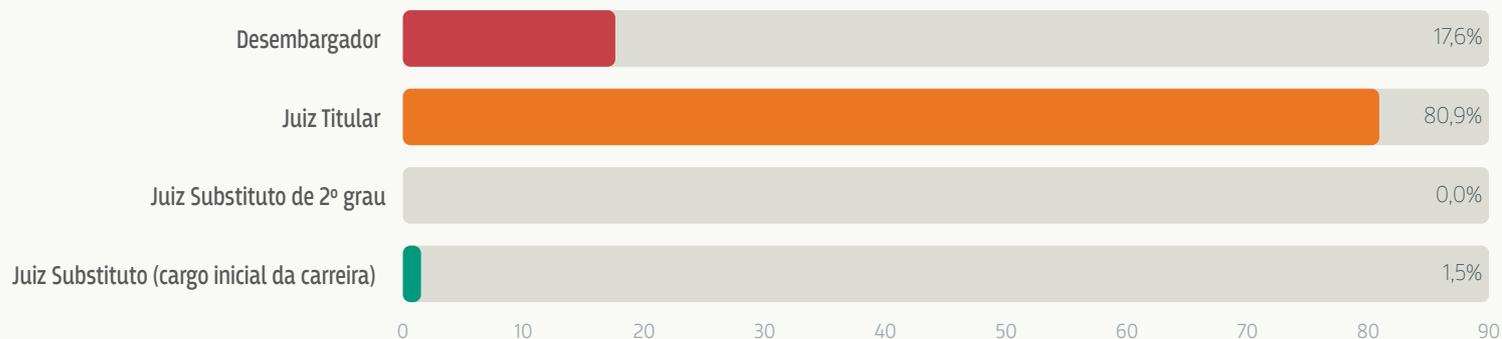


41,0%

Sentem-se valorizados pelo exercício da magistratura.



## Tipo de cargo

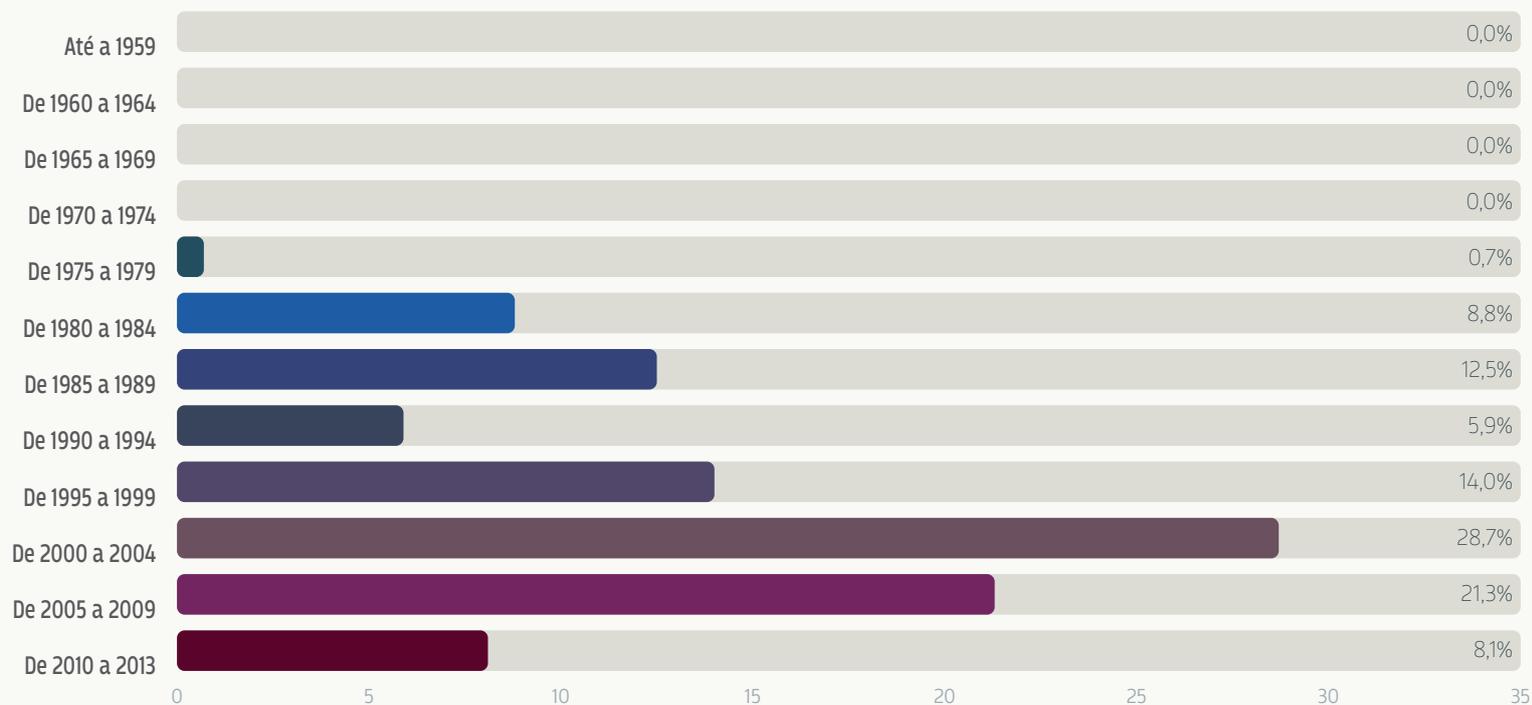


## Acumulação de atribuições na Justiça Eleitoral





## Ano de ingresso na magistratura

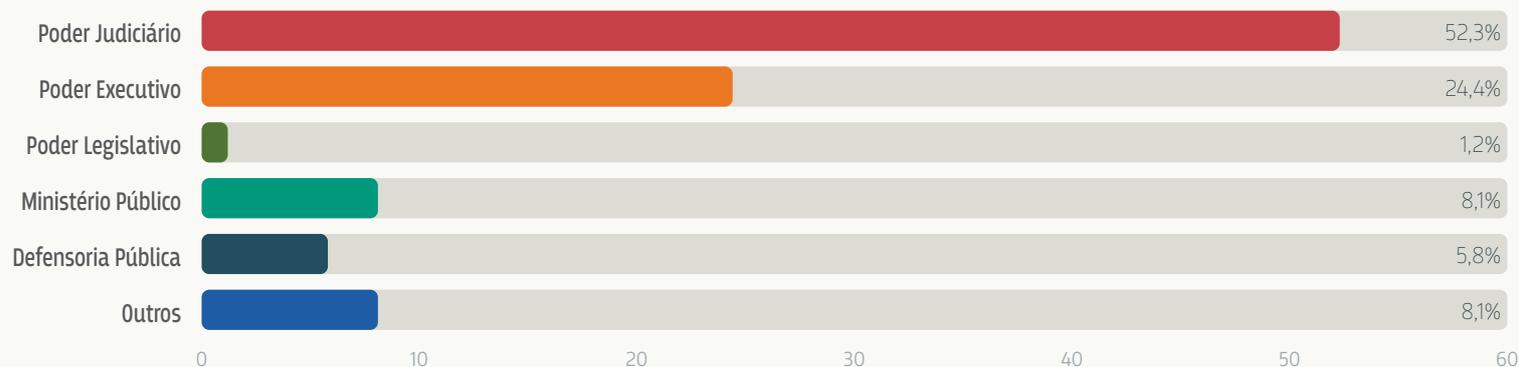




## Ocupação de outros cargos públicos anteriores ao atual

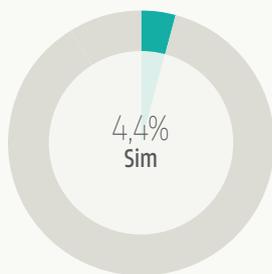


## Tipos de instituição pública em que exerceram o cargo público imediatamente anterior ao atual



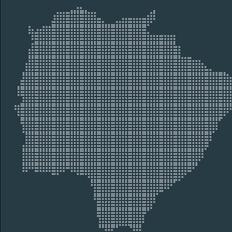


## Convocação para substituição no 2º grau do tribunal

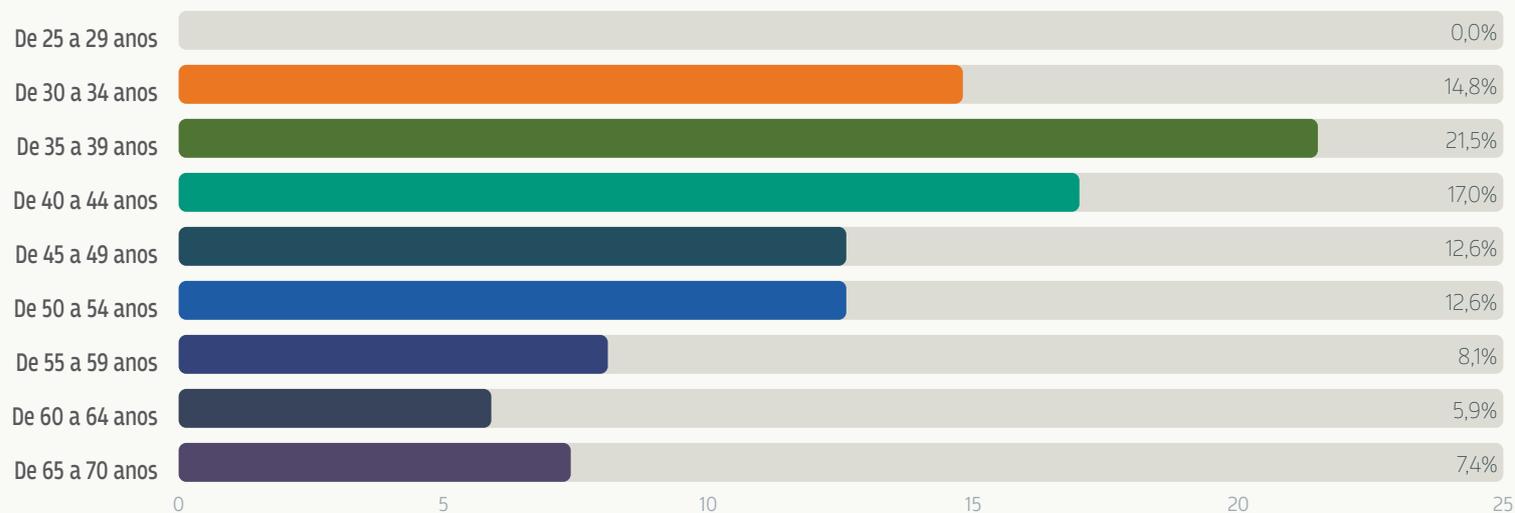


## Jornada de trabalho - média de horas trabalhadas

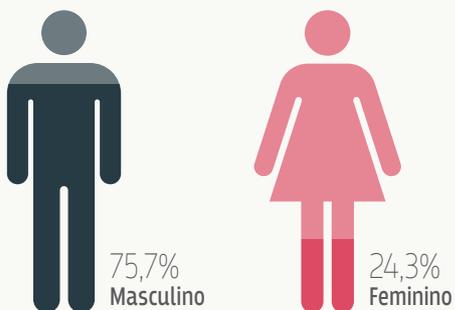




## Faixa Etária

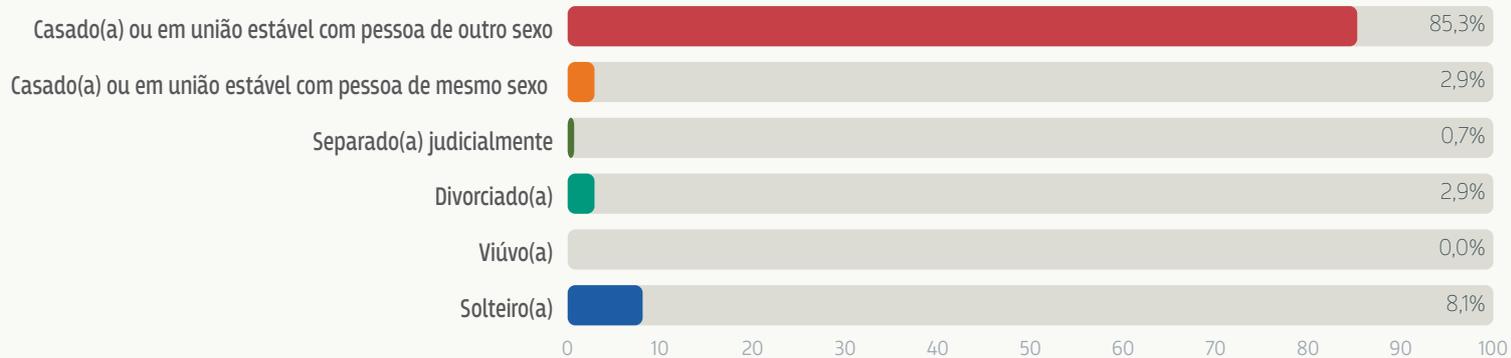


## Sexo





## Estado civil

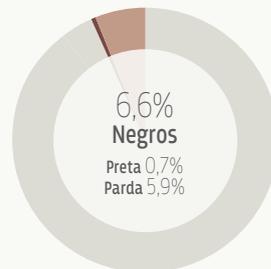
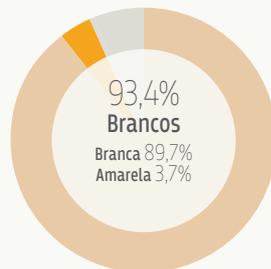


## Filhos





## Cor ou raça



## Deficiência



0,7%  
Sim

99,3%  
Não

## Nacionalidade





## Nasceram na mesma Unidade da Federação onde trabalham

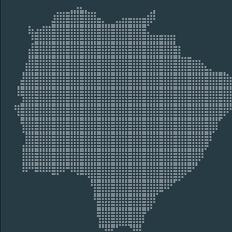


## Tipo de instituição em que concluíram o curso de direito

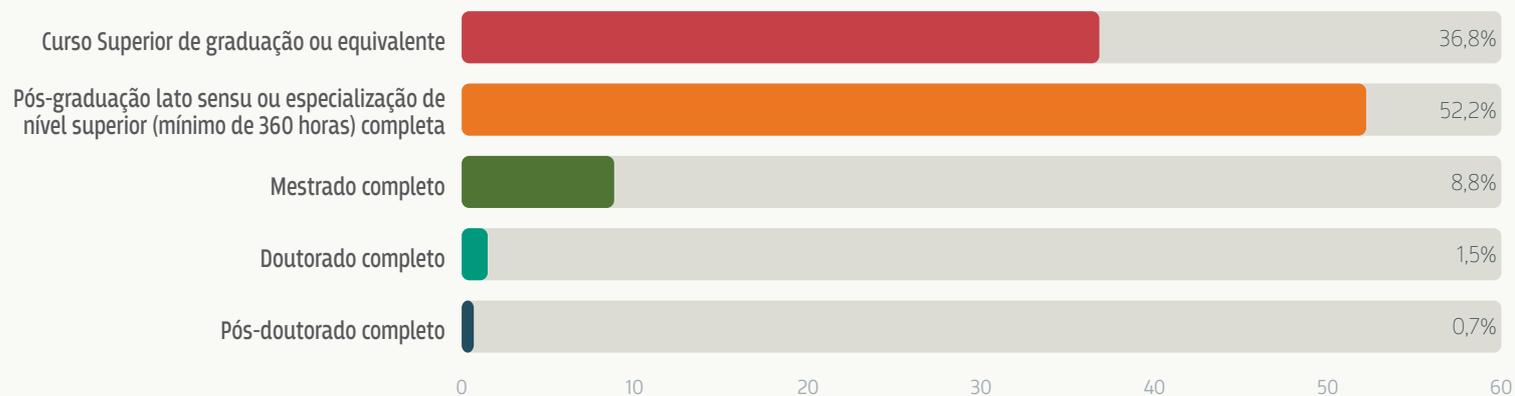


## Possuem outro curso superior, além da graduação em direito

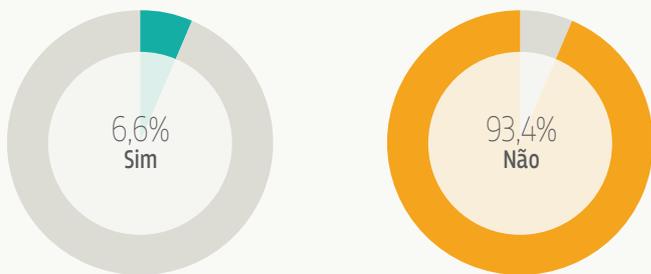




## Escolaridade



## Atividade docente



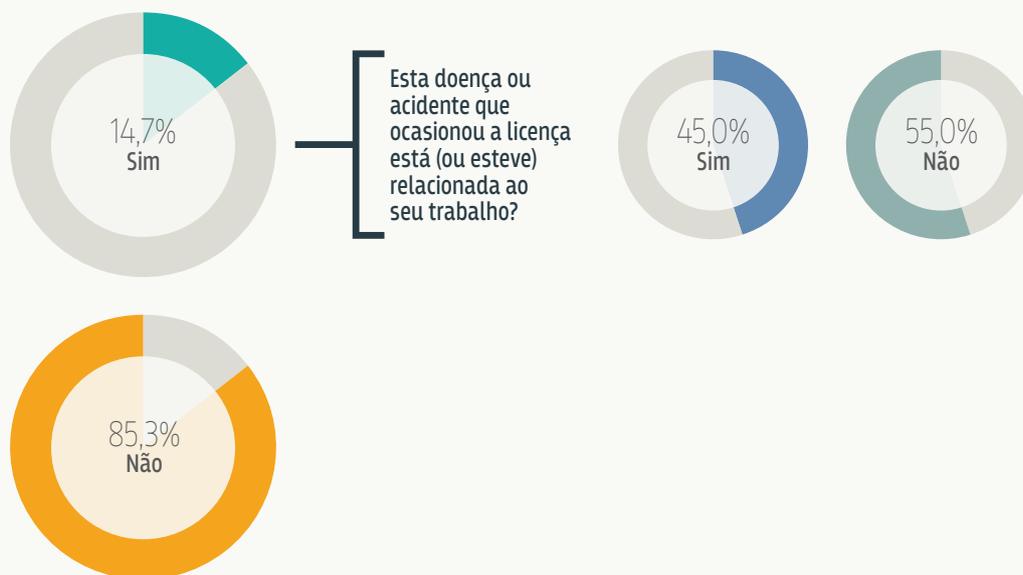


## Prestaram concurso para outras carreiras nos últimos dois anos\*



\*Foram contabilizadas apenas as respostas dos magistrados ingressados até 2010, considerando apenas o período em que o magistrado já estava ocupando o cargo atual

## Licença saúde no último ano





## Opinião das magistradas sobre igualdade de gênero



31,3% DAS JUÍZAS JÁ VIVENCIARAM REAÇÕES NEGATIVAS POR PARTE DOS JURISDICIONADOS POR SER MULHER



53,1% DAS JUÍZAS JÁ VIVENCIARAM REAÇÕES NEGATIVAS POR PARTE DE OUTROS PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE JUSTIÇA POR SER MULHER



51,6% DAS JUÍZAS ENFRENTAM MAIS DIFICULDADES NO EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA QUE OS COLEGAS JUÍZES (HOMENS)



65,6% DAS JUÍZAS TÊM SUA VIDA PESSOAL AFETADA EM MAIOR MEDIDA QUE OS COLEGAS JUÍZES (HOMENS)



54,8% DAS JUÍZAS CONCORDAM TOTALMENTE OU CONCORDAM QUE OS CONCURSOS PARA MAGISTRATURA SÃO IMPARCIAIS EM RELAÇÃO ÀS CANDIDATAS MULHERES



25,0% DAS JUÍZAS ENFRENTAM MAIS DIFICULDADES NOS PROCESSOS DE REMOÇÃO E PROMOÇÃO QUE OS COLEGAS JUÍZES (HOMENS)



## Indicadores de satisfação geral dos Magistrados

INDICADOR DE GESTÃO DOS RECURSOS



TJ DO MATO GROSSO DO SUL

INDICADOR DE GESTÃO DO TRABALHO



JUSTIÇA ESTADUAL



PODER JUDICIÁRIO

